

terra de lágrimas

robert harms

Tradução de Fernanda Semedo

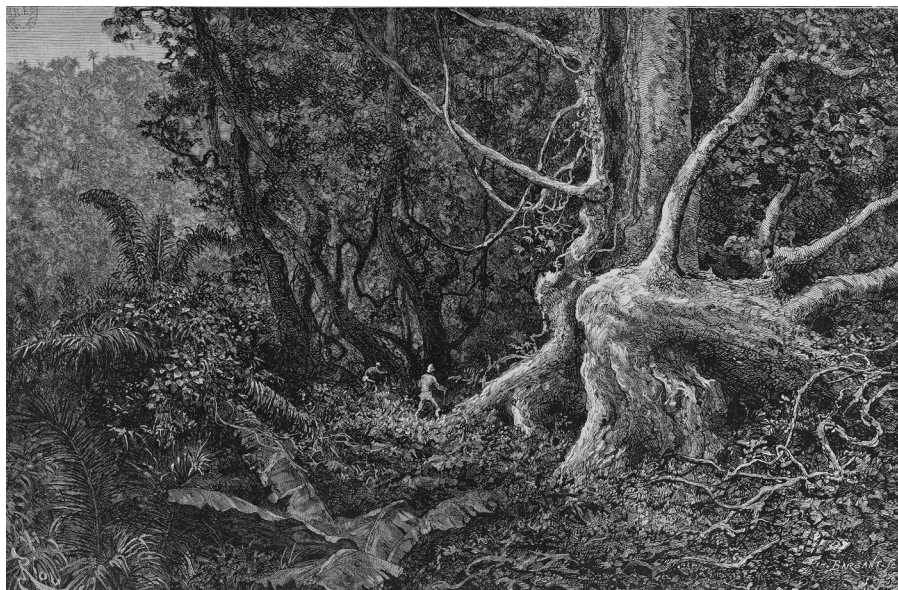
ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo 1 Manyema	22
Capítulo 2 A Concorrência pela Costa Atlântica	66
Capítulo 3 A Grande Autoestrada do Comércio	102
Capítulo 4 O Regresso a Casa	139
Capítulo 5 Um Dilúvio de Tratados	166
Capítulo 6 A Criação dos Congos	201
Capítulo 7 O Resgate de Emin	234
Capítulo 8 O Declínio	269
Capítulo 9 Companhias Concessionárias e Violência Colonial	305
Capítulo 10 Os Escândalos da «Borracha Vermelha»	340
Capítulo 11 O Fim da «Borracha Vermelha»	376
Agradecimentos	395
Notas	397

INTRODUÇÃO

Vista de um pequeno avião, a floresta tropical da bacia do Congo parece impenetrável, como um felpudo tapete verde. Uma inspeção mais apurada revela, contudo, que é composta por três camadas distintas de vegetação. A camada do meio — conhecida como o dossel — consiste em árvores entre os 30 e os 45 metros de altura. Salientando-se desta, as árvores da camada emergente, com alturas que chegam aos 60 metros, irromperam em busca de luz solar. Abaixo do dossel encontra-se o sub-bosque, que consiste em árvores mais pequenas com folhas grandes, para absorverem a pouca luz do Sol que as alcança. A vegetação é tão densa que uma gota de chuva que caia no dossel pode levar 10 minutos a atingir o solo.

A vista do solo é muito diferente. «As árvores são tão altas que uma boa espingarda não causa dano aos papagaios ou às galinhas-da-guiné nas suas copas, e estão geralmente tão próximas umas das outras que ouço gorilas a rugir a menos de 50 metros sem conseguir avistá-los», escreveu o missionário/explorador David Livingstone em 1870. Contudo, a característica mais notável da floresta tropical é a falta de luz solar. Ao entrar na floresta em 1876, o jornalista/explorador Henry Morton Stanley escreveu: «Aproximámo-nos da temível floresta negra e fria chamada Mitamba e, finalmente, despedindo-nos da luz do Sol e da claridade, entrámos nela... Por cima de nós, os longos ramos, em muitos estratos entrelaçados, cada ramo pesado de folhas largas e espessas, tapavam completamente a luz do dia. Não sabíamos se era um dia soalheiro ou cinzento, nublado e lúgubre, pois caminhávamos num débil e solene crepúsculo.»¹



O explorador francês Pierre Savorgnan de Brazza na floresta tropical da bacia do Congo, 1888. *Le Tour du Monde*, 1888, segundo semestre, p. 45

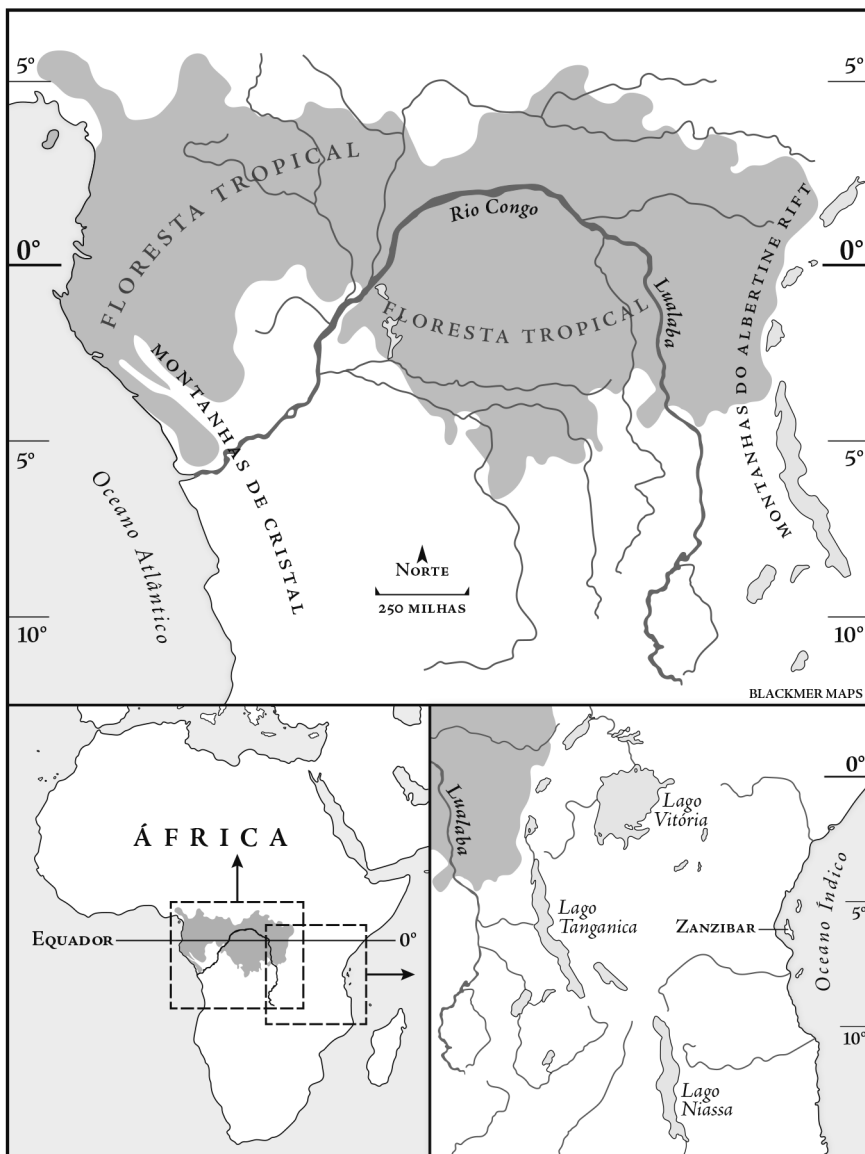
A floresta tropical da bacia do Congo forma uma cintura de 965 quilômetros que se prolonga para leste e oeste ao longo do equador, entre os 4° de latitude norte e os 5° de latitude sul. Começando na margem do oceano Atlântico, estende-se para leste por mais de 2400 quilômetros, até às montanhas e lagos do Albertine Rift, onde termina abruptamente porque as nuvens de chuva vindas do Atlântico largam a humidade que lhes resta ao elevarem-se acima das montanhas. Cobrindo partes da República Democrática do Congo, República do Congo, Gabão, Camarões, Guiné Equatorial e República Centro-Africana, a floresta tropical da bacia do Congo ocupa mais de 1.200.000 quilômetros, sendo quase tão grande como os Estados Unidos a leste do rio Mississípi. É a segunda maior floresta tropical do mundo, depois da floresta amazônica.²

Os primeiros habitantes da floresta tropical da bacia do Congo, de estatura baixa e pele vermelho-acastanhada, eram conhecidos genericamente por pigmeus (apesar de se classificarem a si próprios em categorias étnicas específicas, como Mbuti ou Baka). Desenvolveram um modo de vida baseado na caça e na recolção na obscuridade da floresta. Há cerca de cinco mil anos, juntaram-se-lhes agricultores de pele negra, mais altos, que vinham de noroeste e que, originalmente, se instalaram em clareiras naturais, mais tarde dispersando-se para criar as suas próprias clareiras, especialmente depois de

terem aprendido a fundir ferro, por volta de 500 a. C. Os primeiros agricultores que se instalaram na floresta partilhavam uma língua e uma tradição cultural comuns, mas, à medida que se dispersaram, a sua língua ancestral ramificou-se em cerca de 150 idiomas distintos, se bem que próximos, e a sua identidade sociocultural subdividiu-se em cerca de 450 grupos étnicos. A diversidade de línguas e identidades étnicas que os exploradores europeus encontraram ao atravessar pela primeira vez a floresta tropical, nos finais do século XIX, pode compreender-se melhor enquanto variações históricas de uma tradição linguística e cultural comum.³

Essa tradição comum foi especialmente reconhecida na organização política dos povos da floresta. Em contraste com os grandes impérios, reinos e chefaturas das pradarias do Sul de África e com os reinos das montanhas na região dos Grandes Lagos, as sociedades da floresta caracterizavam-se por unidades políticas de pequena escala, com formas flexíveis de liderança e autoridade. Em muitos casos, a unidade política de maior dimensão era uma única aldeia, ou mesmo um segmento de uma aldeia, e o líder era frequentemente um autoproclamado «grande homem» e não um chefe hereditário. O historiador/antropólogo Jan Vansina defendeu que este estilo distintivo de organização política foi uma característica definidora que separou os povos da floresta dos seus vizinhos das montanhas e das pradarias.⁴

Durante séculos, a geografia conspirou para manter os forasteiros afastados da floresta tropical da bacia do Congo. Embora os navios europeus tivessem visitado pela primeira vez a foz do rio Congo, na costa ocidental de África, nos anos de 1480, cerca de 320 quilómetros de rápidos impediram-nos de o seguir para montante, e as irregulares Montanhas de Cristal, que correm paralelamente à costa atlântica, desencorajaram as tentativas de penetrar no interior por via terrestre. No extremo oriental da floresta, as montanhas e lagos ao longo do Albertine Rift bloqueavam-na em relação à savana, que se prolongava para leste até ao oceano Índico. Contudo, o isolamento nunca foi completo. Durante a época do comércio atlântico de escravos (1500–1870), um número desconhecido de habitantes da floresta, capturados em guerras locais ou escravizados por crime ou dívidas, chegaram à costa atlântica depois de passarem por vários grupos de intermediários africanos ao longo das rotas comerciais. Armas, bronze e panos entraram na floresta tropical do Congo seguindo as mesmas rotas em sentido inverso. Ao longo deste período, os comerciantes de escravos europeus nunca se afastaram muito dos seus enclaves costeiros.⁵



África Equatorial

Nos finais do século XIX, contudo, o isolamento relativo da floresta da bacia do Congo foi quebrado por intrusos vindos quer de leste quer de oeste. Da costa oriental africana chegaram comerciantes árabes e suaílis — súbditos do sultão de Zanzibar — em busca de marfim e escravos. Seguiram-nos de

perto exploradores britânicos à procura da nascente do Nilo, uma demanda que levou Henry Morton Stanley a seguir o rio Congo a jusante até ao oceano Atlântico em 1877, depois de inicialmente o ter confundido com o Nilo. A penetração a partir de oeste começou quando, em 1877, o explorador italiano Pierre Savorgnan de Brazza*, apoiado pelo governo de França, atravessou as Montanhas de Cristal para entrar na bacia do rio Congo, e quando Stanley, que à época se encontrava ao serviço do rei da Bélgica, regressou à foz do Congo para construir uma estrada para carroças à volta dos rápidos.

Estas explorações de leste e oeste abriram as comportas à pilhagem dos recursos humanos e naturais da floresta tropical do Congo. Comerciantes em busca de marfim, cativos e borracha, a operar sob a autoridade do sultão de Zanzibar, do rei da Bélgica ou do governo de França, invadiram a floresta para a despojar das suas riquezas. Pessoas comuns foram espancadas, escravizadas, presas e mortas a tiro; aldeias foram abandonadas; campos foram deixados por cultivar e doenças intestinais e respiratórias comuns tornaram-se letais por falta de tratamento. As instituições políticas e sociais desintegraram-se quando os indivíduos fugiram dos saqueadores armados para viverem escondidos na floresta. Em 1905, diferentes comissões de inquérito enviadas pela Bélgica e pela França descobriram que os habitantes da floresta tropical da bacia do Congo eram dos povos mais brutalmente explorados do planeta. No curto período de 30 anos, por efeito dos intrusos, a floresta tropical da bacia do Congo deixara de ser uma região considerada *terra incognita* e tornara-se num lugar que lembrou a um dos observadores a «terra de lágrimas» do *Inferno* de Dante.⁶

A ocupação colonial da floresta tropical da bacia do Congo foi parte de um processo mais vasto a que os historiadores chamaram a «Partilha de África», que ocorreu aproximadamente entre 1880 e 1900. Foi a fase final de um processo de 400 anos de expansão imperial europeia. Durante os séculos XVI e XVII, Espanhóis, Portugueses, Ingleses, Holandeses e Franceses apropriaram-se de territórios por todo o globo, monopolizando mercados ou conquistando terras para povoamento europeu. África escapara, em grande medida, a este processo, em parte porque as zonas tropicais do continente tinham atmosferas doentias que eram mortais para os europeus, e porque os europeus viam a África tropical como um reservatório de cativos para encher os seus navios com escravos.⁷

No princípio do século XIX, os Ingleses e os Franceses ocuparam territórios nas extremidades norte e sul de África, com climas mediterrânicos

* Savorgnan di Brazza, conhecido como Pierre Savorgnan de Brazza, foi um explorador de origem italiana e nacionalizado francês. [N. de T.]

familiares, mas evitaram as regiões tropicais, onde se contentaram em conduzir negócios a partir de pequenos enclaves costeiros. Em 1870, os europeus controlavam apenas 10 por cento do continente. A «Corrida à África» europeia dos anos de 1880 foi possibilitada por três desenvolvimentos que ocorreram no século XIX. Um deles foi o fim do comércio atlântico de escravos, que levou os europeus a focar-se em formas mais legítimas de comércio; o segundo foi a Revolução Industrial europeia, que inspirou uma busca por novas fontes de matérias-primas e novos mercados, e o terceiro foram os avanços médicos que permitiram aos europeus sobreviverem na atmosfera tropical de África. Na subsequente partilha do continente africano, os europeus competiram com os súbditos árabes do sultão de Zanzibar e os súbditos turcos do Império Otomano.⁸

Embora o ajustamento de fronteiras e as expedições militares a regiões remotas de África continuassem até às vésperas da I Guerra Mundial, a maior parte das reivindicações europeias ao território africano foram feitas durante o período de seis anos entre 1885 e 1890. A divisão foi desencadeada pela Conferência de Berlim de 1884–1885, que fez a partição da bacia do rio Congo entre os Franceses, os Portugueses e o Estado Livre do Congo (uma entidade privada dirigida pelo rei Leopoldo II da Bélgica). A conferência não concretizou uma «divisão no papel» do continente africano, como alguns afirmaram, mas cumpriu os seus objetivos mais limitados de dividir a bacia do rio Congo entre os europeus que a reclamavam e de definir as condições para futuras reivindicações coloniais.

Com o ponto de vista privilegiado do século XXI, parece inevitável que os estados em industrialização da Europa acabassem por conquistar e colonizar as regiões equatoriais de África, mas não era necessariamente assim que as pessoas da época viam as coisas. Em janeiro de 1885, enquanto os grandes poderes da Europa (assim como os Estados Unidos e o Império Otomano) se reuniam em Berlim, dois movimentos expansionistas baseados em África pareciam conquistar terreno. No Sudão, uma revolução islâmica, conduzida por um profeta que se designava como o Mádi, expulsava os Egípcios e os Turcos otomanos. Na bacia do Congo, o comerciante afro-árabe fundador de estados, conhecido como Tippu Tip (por causa do som das suas armas), ameaçava conquistar o vale do rio Congo até ao Atlântico, e os europeus compreenderam que ninguém o podia travar. Ele recuou, mas a sua ameaça revelou um potencial ponto de viragem que podia ter alterado substancialmente a trajetória dos eventos. Para os protagonistas deste livro, os finais do século XIX foram um tempo em que tudo parecia possível e nenhum resultado em particular estava assegurado.

No início da década de 1890, a floresta tropical da bacia do Congo era explorada por três regimes diferentes de extração de recursos coloniais. O terço oriental — conhecido como Manyema — era controlado por uma coligação de comerciantes árabes e suaílis da costa oriental africana, cujas caravanas armadas esquadrihavam os campos em busca de marfim e cativos. Era governado por uma coligação pouco rígida, e sempre em mutação, dos principais comerciantes, cada um reclamando o seu comércio e território de exploração exclusivos. O terço ocidental — conhecido como Congo Francês — era controlado pelo governo de França, que lhe atribuía pouca prioridade no esquema mais vasto dos seus interesses imperiais. Em resultado, os Franceses estavam relutantes em fazer investimentos na colónia e contentavam-se em proteger as rotas comerciais e em conduzir campanhas militares para expandirem as fronteiras.

Entre Manyema, a leste, e o Congo Francês, a oeste, encontrava-se uma estranha entidade chamada Estado Livre do Congo, fundada em 1885 pelo rei Leopoldo II da Bélgica. Depois de inicialmente ter experimentado o comércio livre, Leopoldo desenvolveu um sistema de concessão de vastos territórios (normalmente muito maiores do que a própria Bélgica) a companhias belgas e anglo-belgas, detentoras de exércitos privados que forçavam os habitantes a arrancar à floresta os seus recursos mais valiosos. Quando as pessoas se revoltavam contra as imposições, o exército do Estado Livre do Congo intervinha para apoiar as companhias.

Os três estilos distintos de colonização e exploração estavam materializados nos seus maiores protagonistas, três homens cujas ações e interações deram forma às primeiras estruturas de domínio colonial na África Equatorial. Henry Morton Stanley estabeleceu as fundações para o Estado Livre do Congo; Hamid bin Muhammad (conhecido como Tippu Tip) criou o Império de Manyema e Pierre Savorgnan de Brazza, praticamente sozinho, criou o Congo Francês. Os três homens tinham identidades ambíguas e lealdades voláteis. Stanley era um jornalista e explorador nascido no País de Gales, que afirmava ser americano e mais tarde trabalhou para o rei dos Belgas. Tippu Tip era um comerciante zanzibar envolvido no comércio de caravanas, de ascendência mista, africana e árabe, que proclamou a sua lealdade ao sultão de Zanzibar e mais tarde ao rei dos Belgas. Brazza era um italiano dos Estados Papais que criou um império para a França e mais tarde se converteu ao Islão e viveu na Argélia.⁹

Estes três homens tinham agendas divergentes e modos muito diferentes de se relacionarem com os africanos por cujas terras viajavam. Tippu Tip movia-se lentamente através da paisagem, integrando-se nas estruturas políticas

locais pela astúcia e pela força. Stanley estava sempre apressado, determinado a produzir resultados para os seus patronos europeus e americanos, fosse a que custo fosse. Brazza, pelo contrário, viajava lentamente e tentava conhecer os povos cujas terras atravessava. Depois de estes três fundadores partirem da África Equatorial nos anos de 1890, o destino dos seus habitantes foi deixado nas mãos de burocratas coloniais, companhias concessionárias gananciosas e expedições comerciais armadas que os seguiam.

Por volta de 1900, as três zonas da floresta tropical da bacia do Congo tinham adotado variantes do sistema de exploração de recursos do rei Leopoldo. Em Manyema, o Estado Livre do Congo tinha expulsado os principais comerciantes árabes, mas, em vez de levar para lá concessionárias europeias, empregava agentes árabes e suaílis que recolhiam marfim e borracha para o Estado, ao mesmo tempo que preservavam certos aspetos do anterior sistema árabe de exploração. No Congo Francês, as empresas concessionárias francesas tentaram imitar as do Estado Livre do Congo, mas com menos sucesso, por terem níveis mais baixos de investimento e de apoio militar. O governo francês afirmava que o seu sistema de extração de borracha era completamente diferente do utilizado pelo Estado Livre do Congo, mas as semelhanças eram demasiado óbvias para serem ignoradas.

Em contraste com a extensiva literatura histórica que trata a zona árabe, o Congo Francês e o Estado Livre do Congo como entidades isoladas e com histórias separadas, este livro vê as três conquistas coloniais como aspetos de um processo único que foi espoletado por novas exigências na economia global e pela nova realidade das rivalidades entre as grandes potências. As carreiras entrelaçadas de Stanley, Brazza e Tippu Tip ilustram este fenómeno. Stanley não poderia ter sido bem-sucedido sem considerável ajuda de Tippu Tip, e a feroz rivalidade pública entre Stanley e Brazza influenciou fortemente a natureza e o *timing* das reivindicações coloniais francesas na África Equatorial, assim como o formato da Conferência de Berlim. Tippu Tip nunca conheceu Brazza, mas a sua relutância em antagonizar os Franceses está por trás da sua decisão de não conduzir o seu exército de Manyema ao longo do rio Congo até ao Atlântico. Tomando toda a floresta tropical da bacia do Congo como a unidade básica de análise, em vez de uma colónia ou potência colonial em particular, é possível ver como os diferentes interesses e estilos imperiais interagiram e se influenciaram mutuamente.¹⁰

A narrativa de exploração imperial deste livro localiza-se em dois contextos diferentes, ambos desafiando as fronteiras das histórias nacionais. Um é o contexto global da economia mundial e das rivalidades entre as grandes potências. Em contraste com relatos recentes que se focam na extração forçada

de borracha, este coloca uma ênfase igual na busca do marfim. Foi o marfim e não a borracha que atraiu comerciantes árabes e europeus à floresta tropical da bacia do Congo, e foi só depois de o *stock* de marfim estar completamente esgotado que começou seriamente a demanda da borracha. Na área diplomática, o propósito das maquinações de Ingleses, Franceses, Portugueses, Alemães e Americanos era mais o de se posicionarem em relação aos mercados mundiais e uns aos outros do que o de construir relações com África.

O segundo contexto é definido pelo ecossistema da floresta tropical e as culturas dos seus habitantes. As pessoas da floresta da bacia do Congo tiveram de fazer escolhas difíceis sobre acolher ou rejeitar os intrusos, aquiescer ou resistir às suas exigências. A sua forma única de organização política em pequena escala durou séculos, porque os conflitos envolviam geralmente unidades políticas de dimensão semelhante e o objetivo era mais a resolução e a restituição do que a conquista e a pilhagem. Todo o sistema ficou ameaçado quando o povo da floresta se confrontou com estranhos que faziam exigências ilimitadas, apoiados por poder de fogo suficiente para os eliminar. David Livingstone, que viajou na floresta tropical da bacia do Congo com uma caravana de marfim árabe/suaíli em 1870, comparou-os a «cãezinhos na presença de leões».¹¹

Embebidos nesta narrativa estão três temas que muitas vezes foram negligenciados na História do primitivo colonialismo na bacia do rio Congo. O primeiro é o impacto dos comércios internos de escravos em África e os movimentos antiescravatura na Europa. Embora o comércio transatlântico de escravos terminasse por volta de 1870, mercados de escravos no seio de África, que eram orientados para o vale do Nilo e o oceano Índico, continuaram a fornecer trabalhadores escravos às plantações de cravo-da-índia em Zanzibar, às residências abastadas do Cairo, às plantações de tâmaras da península Arábica e a vários locais do Império Otomano. A luta contra esses comércios de escravos mobilizou humanistas britânicos e europeus que fizeram lóbi por bloqueios navais na costa oriental africana, patrocinar uma expedição de auxílio ao Sudão do Sul e criaram um exército expedicionário privado para combater os senhores de escravos árabes no interior africano. Ao mesmo tempo, as forças antiesclavagistas na Grã-Bretanha e na Bélgica tornaram-se aliadas involuntárias dos esquemas imperialistas do rei Leopoldo, que eram frequentemente justificados como projetos antiescravatura. Escravidão e antiescravidão eram, desta forma, entrelaçadas nos discursos do imperialismo.¹²

O segundo tema é o do esgotamento dos recursos. Os forasteiros vieram em primeiro lugar para despojar a floresta dos seus recursos mais valiosos e acessíveis. A chacina dos elefantes na África Oriental criou uma fronteira do

marfim em constante movimento, que atraiu os comerciantes árabes e suaílis de Zanzibar para a floresta tropical da bacia do Congo, e mais tarde comerciantes europeus de marfim que entraram por ocidente. Da mesma forma, o esgotamento das plantas de borracha da floresta tropical subjaz a muitas das atrocidades das empresas europeias de concessão de borracha. Visto que durante este período as fronteiras do marfim e da borracha estavam sempre a mover-se, a região vivia num tumulto constante.

O terceiro tema é o da resistência local africana às caravanas árabes de caça ao marfim e às companhias europeias de concessão de borracha. Os comerciantes árabes de marfim e escravos só foram expulsos de Manyema depois de um dos principais lugar-tenentes de Tippu Tip ter mobilizado as forças locais contra eles. No Estado Livre do Congo e no Congo Francês, os reformadores humanistas da Europa tiveram finalmente sucesso na luta pela reforma administrativa, mas os seus esforços obtiveram poucos efeitos imediatos sobre as condições no terreno. Os aldeões africanos foram deixados sozinhos para se libertarem, através da fuga, da rebelião ou da destruição das plantas da borracha, ações que, todas elas, diminuíaam os lucros das companhias borracheiras. Apenas se pode especular se os esforços de reforma com base na Europa teriam sido bem-sucedidos sem a resistência feroz e sustentada dos aldeões africanos.

Para contar a história da pilhagem da floresta tropical e da devastação do seu povo nas suas múltiplas facetas, a narrativa baseia-se numa variedade de testemunhas oculares que deixaram descrições de um ou outro aspeto de um processo mais vasto. Trata-se de um grupo diversificado que inclui David Livingstone, um missionário/explorador escocês que entrou na floresta do Congo juntamente com a primeira vaga de caravanas árabes e suaílis; Alphonse Vangele, um comprador de marfim belga que trabalhava para o Estado Livre do Congo; John e Alice Harris, missionários ingleses que expuseram os crimes da empresa borracheira Abir, e André Gide, o romancista francês que testemunhou os abusos contínuos no Congo Francês. Figuras como o cardeal Lavigerie, que fundou a Sociedade Antiesclavagista na Europa, e Roger Casement, que cofundou o Movimento de Reforma do Congo em Inglaterra, fornecem perspetivas sobre os movimentos humanitários na Europa que procuraram influenciar desenvolvimentos na África Equatorial.

Insights sobre as forças económicas globais que influenciaram eventos na África Equatorial são fornecidos por observadores participantes, como George Cheney, um negociante de marfim de Rhode Island que investiu os seus lucros numa fábrica de teclas de piano no Connecticut, e Henry Shelton Sanford, um empresário americano que viveu quase sempre na Bélgica. Por

trás de todos eles estava o rei Leopoldo II da Bélgica. Este nunca pôs um pé na bacia do rio Congo, mas engendrou a criação do Estado Livre do Congo, uma entidade detida privadamente, mais de 75 vezes maior do que a própria Bélgica. Alguns historiadores retrataram o rei Leopoldo como um génio singularmente malévolo, mas o seu projeto do Congo não podia ter sido bem-sucedido sem a ajuda de aventureiros, interesses comerciais, governos nacionais e humanistas antiesclavagistas de uma variedade de nações.¹³

Os depoimentos das testemunhas surgem numa variedade de formas, incluindo diários, cartas, relatórios oficiais, conferências públicas, livros de viagens e autobiografias. À parte alguns relatos orais de aldeões africanos e alguns documentos escritos por comerciantes árabes, as fontes são sobretudo de europeus que participaram na colonização da floresta tropical da bacia do Congo. A grande maioria de viajantes europeus partilhava um senso implícito de superioridade racial e uma crença no darwinismo social, mas aplicavam esses princípios de formas distintas e em diferentes graus. O padre Prosper Philippe Augouard, por exemplo, exibiu um racismo grosseiro quando caracterizou o povo Bateke como «canibais», que pareciam «verdadeiros selvagens», mas outros viajantes tinham visões mais complexas. Henry Morton Stanley, que se afirmava «livre de preconceitos de casta, cor, raça ou nacionalidade», descreveu, não obstante, os habitantes de uma aldeia nos limites de Manyema como «espécimes aviltantes de humanidade». No momento em que partiu da aldeia, contudo, mudara de ideias e exprimiu o seu arrependimento pelos «anteriores sentimentos de superioridade». De maneira similar, David Livingstone reconheceu a sua luta com o preconceito racial ao escrever: «Qualquer pessoa que viva no meio deles esquece-se de que são pretos e sente que são apenas homens como nós.» Dada a grande variação em termos de autoria e de contexto, cada texto deve ser avaliado pelos próprios méritos.¹⁴

Visto os relatos dos viajantes serem simultaneamente repositórios de dados históricos e representações de povos, lugares e eventos deliberadamente construídos, os historiadores de África desenvolveram duas abordagens diferentes ao seu uso. A primeira é lê-los «contra a corrente», uma referência à prática de analisar as fontes europeias em busca de dados sobre o que os africanos estavam a fazer e procurar revelar as vozes africanas embebidas na informação registada pelos europeus. Enquanto os biógrafos leem os relatos dos exploradores para descobrirem o que eles faziam e o que essas ações revelam do seu carácter e concretizações, os historiadores de África podem ler os mesmos relatos para saberem o que os viajantes viram e o que lhes foi dito pelos seus anfitriões e companheiros africanos. O que os viajantes observaram

enquanto se moviam pelo terreno africano é habitualmente mais significativo do que o que faziam.¹⁵

A outra abordagem é literária — interpretar os escritos dos viajantes como atos de representação num contexto histórico específico. O crítico literário dinamarquês Frits Andersen defendeu que o tema comum no corpo diverso dos escritos dos viajantes na floresta tropical da bacia do Congo é a imagem da «escuridão», que estigmatiza a região como um lugar excepcional onde normas, leis e regras não se aplicam. A imagem foi enfatizada em títulos de livros como o de Henry Morton Stanley, *In Darkest Africa*, e em *Coração das Trevas*, o romance autobiográfico de Joseph Conrad, e reforçada por histórias não verificadas de canibalismo africano e relatos autenticados de arrepiantes atrocidades cometidas por europeus. Em 1906, um popular *slideshow*, intitulado *Atrocidades no Congo*, chocou e incomodou as audiências britânicas com uma narrativa que incluía afirmações de canibalismo africano, juntamente com exemplos de terrorismo europeu. Para as pessoas na Europa, eram manifestações das «trevas» existenciais que permeavam a floresta tropical da bacia do Congo.¹⁶

A análise aqui apresentada procura respigar informação no rico manancial dos relatos dos viajantes sem se prender nos seus tópicos dominantes. Os terrores descritos nessas páginas eram instigados pelas empresas árabes e europeias com o objetivo de aumentarem os seus lucros numa economia cada vez mais globalizada. Se havia forças invisíveis a operarem na floresta tropical eram os vícios universais da ganância e da ânsia de poder. As características especiais das sociedades da floresta resultaram do seu relativo isolamento histórico em relação aos mercados globais e das suas formas descentralizadas de organização política, que as deixaram vulneráveis à exploração por forasteiros armados.

No seu inovador e muitas vezes subestimado livro *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*, o falecido etnógrafo/historiador Jan Vansina defendeu que a tradição cultural dos habitantes da floresta tropical, com as suas múltiplas variações, floresceu por milénios na África Equatorial, apenas para se desintegrar num estonteantemente breve período sob as pressões da ocupação colonial. Vansina forneceu apenas um breve sumário dessa destruição, mas o processo, como ele o viu, desenrolou-se em duas fases: primeiro, foi o dispersar das sociedades da floresta sob a pressão da conquista colonial e da exploração comercial; depois, veio a reconstrução forçada dessas sociedades, de acordo com as ideias europeias sobre como as sociedades africanas deviam ser organizadas e governadas.¹⁷

Este livro explora a primeira fase desse processo. O desmoronar das

sociedades da floresta sucedeu passo a passo, através das ações e interações de uma variedade de indivíduos, empresas, organizações e governos, todos perseguindo os seus próprios interesses. Examina as forças globais em funcionamento, as principais figuras envolvidas e os processos interligados que conduziram a este resultado. Acima de tudo, explora a complexa interação do humanismo e da ganância, do desenvolvimento e da destruição, das exigências globais e dos interesses locais, todos resultando numa tragédia indizível para os povos da floresta tropical da bacia do Congo.

CAPÍTULO 1

MANYEMA

O lago Tanganica situa-se no interior profundo do continente africano, a aproximadamente 2500 quilómetros do oceano Atlântico e a 1200 do Índico. Sendo o lago de água doce mais comprido do mundo, estende-se por 660 quilómetros de norte para sul. Sem nunca ter mais de 70 quilómetros de largura e por vezes com apenas 16, está aninhado no extremo sul de um vale alpino a que os geólogos chamam Albertine Rift. O vale é tão fundo que o lago tem uma profundidade média de 570 metros e uma máxima de quase 1600. As montanhas de picos nevados do lado oeste do vale atingem uma altitude de cerca de 5000 metros, criando uma barreira que torna os padrões climáticos e os ecossistemas a ocidente muito diferentes dos de leste. Quando as nuvens de chuva se movem de oeste largam a maior parte da sua água ao esforçarem-se por elevarem-se sobre as montanhas. Em resultado, a oeste do Albertine Rift predominam as florestas tropicais, enquanto a leste encontramos sobretudo savanas secas e húmidas.¹⁸

Durante o século XIX, a cidade comercial de Ujiji cresceu na margem leste do lago Tanganica para marcar o termo ocidental da sinuosa estrada de caravanas que percorria cerca de 1600 quilómetros da savana leste-africana até Bagamoyo, na costa do Índico. Quando o explorador inglês Richard Burton visitou Ujiji em 1858 ficou desapontado por ver pouco mais do que «alguns casebres dispersos, de construção miserável, rodeados por campos de sorgo e cana-de-açúcar». Mal orientado por um mapa alemão que lhe chamava «*die Stadt Ujiji*» (a cidade de Ujiji), esperava uma grande cidade com um cais e um mercado. O cais, viria a descobrir, era simplesmente uma plataforma de

desembarque identificável por uma interrupção no canal. A menos de 100 metros da margem ficava o mercado — uma grande extensão de terreno descoberto, onde vários artigos eram comprados e vendidos ao ar livre. A cidade não se desenvolvera porque as caravanas, depois de comprarem artigos úteis, peixe seco e outros géneros alimentares, davam meia-volta e partiam o mais depressa possível.¹⁹

No limite oriental da rota comercial ficava a pequena ilha de Zanzibar. Com apenas 100 quilómetros de comprimento e 30 de largura, localizava-se no oceano Índico, apenas 35 quilómetros ao largo do porto de Bagamoyo. Desde o século XII ou mesmo antes, fora habitada por pessoas de língua suaíli e praticantes do Islão, que viviam em cidades costeiras e mantinham uma orientação mercantil em direção ao mundo mais vasto do oceano Índico. Durante o século XVIII, Zanzibar e a adjacente costa de Mrima ficaram sob o controlo do sultanato de Omã (na península Arábica, na foz do golfo Pérsico), e comerciantes árabes de Omã começaram a migrar para Zanzibar e para a costa de Mrima, juntando-se aos mercadores indígenas falantes de suaíli. Com o passar do tempo, as identidades das duas comunidades mercantis muçulmanas começaram a fundir-se através de casamentos e muitos árabes de Omã cresceram a falar melhor suaíli do que árabe.

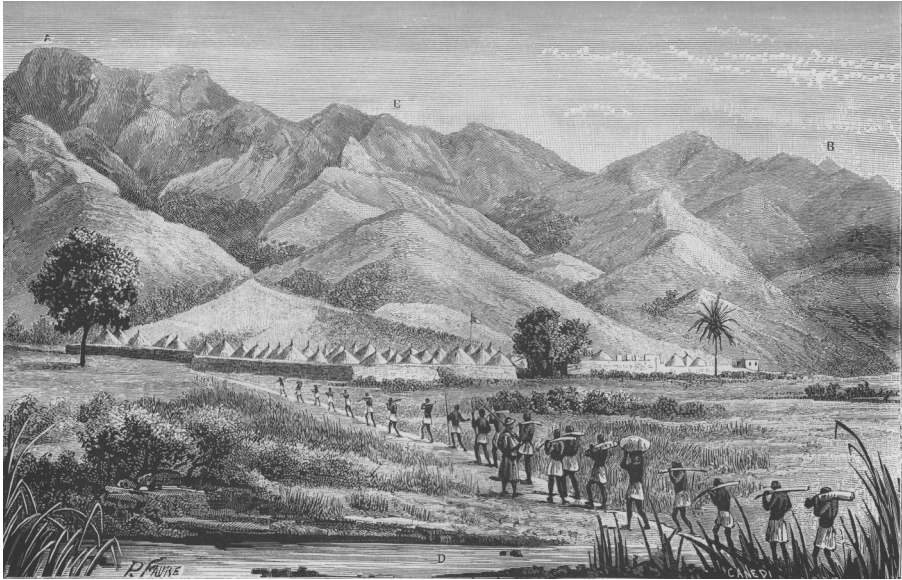
Os viajantes europeus referiam-se geralmente a qualquer comerciante das caravanas que usasse traje árabe e praticasse o Islão como árabes, mas o missionário/explorador David Livingstone usou uma variedade de termos para descrever os que encontrou nas suas viagens: árabes, árabes pretos, árabes pretos de meia casta, árabes pretos costeiros, árabes da costa inferior, árabes costeiros de meia casta e árabes suaílis pretos. A sua terminologia sugere a variedade de identidades distintas abrangidas pelo termo *árabe*. Livingstone referiu-se certa vez ao comerciante zanzibar Khamis wad Mtaa como «árabe suaíli preto», mas Tippu Tip, que era um comerciante árabe bem conhecido das caravanas, insistiu em que Khamis não era árabe. Para Livingstone, ser «árabe» era uma questão de religião, vestuário e estilo de vida, mas para Tippu Tip tratava-se de genealogia e estatuto social.²⁰

Os ventos de monção no oceano Índico tornavam a ilha de Zanzibar um destino conveniente para os barcos à vela. No século XIX, a ilha atraía embarcações de destinos tão diversos como Gujarat, Omã, Hamburgo, Liverpool, Massachusetts e Rhode Island. O papel central de Zanzibar no comércio com o oceano Índico ocidental confirmou-se quando Ingleses, Alemães, Franceses e Americanos estabeleceram aí consulados durante as décadas de 1830 e 1840. Quando Henry Morton Stanley chegou a Zanzibar, em 1871, como jornalista ao serviço do *The New York Herald*, descreveu a ilha como

a Bagdade da África Oriental. «É o grande empório comercial, que atrai os negociantes de marfim do interior africano», escreveu. Explicaram-lhe que artigos no valor de 5000 dólares Maria Theresa comprados em Zanzibar podiam ser vendidos por 15 mil em Ujiji (os dólares Maria Theresa eram moedas de prata cunhadas pela monarquia de Habsburgo, usadas no comércio do Índico ocidental). Para a viagem de regresso, o marfim comprado em Ujiji por 20 dólares MT por *frasila* (cerca de 15 quilos) valia 60 dólares MT em Zanzibar.²¹

Antes de 1825, Zanzibar tinha simplesmente exportado todo o marfim que os chefes e comerciantes africanos do interior lhe enviassem, mas no segundo quartel do século XIX caravanas organizadas pelos comerciantes árabes e suaílis de Zanzibar e financiadas por comerciantes indianos que aí viviam, começaram a viajar para o interior africano em busca de marfim. Como as moscas tsé-tsé que infestavam a savana leste-africana disseminavam a tripanossomíase bovina, que era mortal para vacas, cavalos e animais de carga, as caravanas dependiam de carregadores humanos para levar os mantimentos e as mercadorias. A crescente procura de marfim pela Europa e Estados Unidos fez aumentar o preço 400 por cento entre 1825 e 1875, tornando lucrativo apetrechar grandes caravanas que viajavam por longas distâncias. O aumento mais intenso verificou-se entre 1867 e 1873, quando o preço das grandes presas de Zanzibar deu um salto de 70 por cento nos leilões em Inglaterra. Nos anos de 1850, Zanzibar exportava cerca de 20 mil presas por ano, o que exigia a chacina anual de dez mil elefantes; em 1875, cerca de 44 mil elefantes eram mortos anualmente para fornecer marfim apenas a Inglaterra.²²

A rapidez com que a fronteira do marfim se movia para interior é ilustrada pela região sudoeste do lago Tanganica, onde David Livingstone viajava em 1867. «Há elefantes por todo o lado», relatou no seu diário a 1 de abril. Um mês mais tarde, escreveu: «Chama-se país dos Mwami, está cheio de elefantes, mas poucos são mortos. Causam muitos danos, comendo o sorgo dos jardins sem serem incomodados.» Escrevendo ao secretário de Estado do Exterior britânico, Lorde Clarendon, em dezembro, fez notar: «Os elefantes por vezes comem as colheitas dos nativos e abanam as suas grandes orelhas mesmo à beira das paliçadas da aldeia.» Contudo, quando Joseph Thomson, da Sociedade Real de Geografia, chegou à mesma área 10 anos depois, os elefantes tinham desaparecido. Nos 14 meses em que explorou a região dos lagos na África Central não viu um único elefante.²³



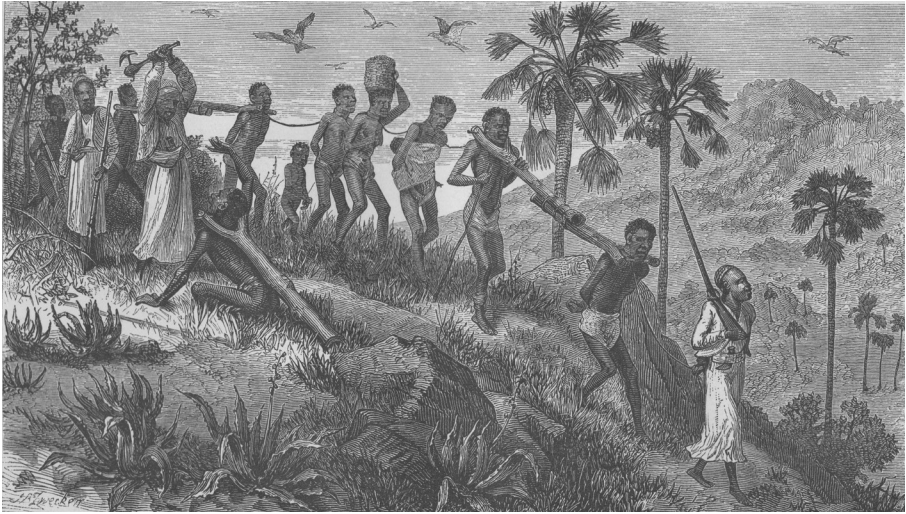
Uma caravana de marfim atravessa a savana leste-africana, ca. 1880. R. P. Le Roy, *A Travers le Zanguebar*, p. 83

Durante o século XIX, à medida que a fronteira do marfim se afastava da costa, as caravanas penetravam cada vez mais no interior da África Oriental. Os comerciantes árabes visitaram a região de Tabora (a cerca de 835 quilómetros da costa do oceano Índico através de um caminho sinuoso) por volta de 1830, e começaram a instalar-se aí em números cada vez maiores depois de 1850. O explorador britânico Richard Burton descreveu Tabora em 1857 como «ponto de encontro de comerciantes e ponto de partida para caravanas que daí irradiam para o interior da África Central Intertropical». Localizada no território conhecido como Unyamwezi (i. e., o país do povo Nyamwezi), Tabora era também o lugar fundamental para contratar carregadores para as caravanas. Jovens nyamwezis procuravam trabalho como carregadores, pois era importante ganharem dinheiro para se casarem e também para se tornarem viajados e sofisticados, à maneira do vasto mundo exterior. Participar numa caravana tornou-se uma espécie de ritual de iniciação que transformava um rapaz num homem. Alguns carregadores nyamwezis especializaram-se em percorrer a rota das caravanas entre Tabora e a costa, enquanto outros trabalhavam entre Tabora e destinos mais interiores. Era frequente uma caravana viajar da costa para Tabora com um conjunto de carregadores e depois libertá-los e contratar um grupo novo

para a etapa seguinte da viagem. Caravanas viajando para oeste a partir de Tabora chegaram pela primeira vez a Ujiji por volta de 1840, mas inicialmente limitavam-se a visitas durante a estação seca, por considerarem que era um lugar pouco saudável para se estabelecerem.²⁴

Contemporânea do crescimento do comércio do marfim no século XIX foi a expansão do tráfico de escravos leste-africano. O desenvolvimento das plantações de cravo-da-índia em Zanzibar no início do século XIX desfez o monopólio mundial da Companhia Holandesa das Índias Orientais, que controlava as plantações de cravo-da-índia nas ilhas Molucas (também conhecidas como Ilhas das Especiarias) da Indonésia. Valorizada pelas suas propriedades culinárias, medicinais e aromáticas, dizia-se por vezes da preciosa especiaria que valia o seu peso em ouro. Em 1840, o sultão de Omã moveu a sua capital para Zanzibar, iniciando assim um período de «mania do cravo-da-índia», enquanto os árabes de Omã se mudavam para Zanzibar, a fim de se apropriarem das terras dos habitantes falantes de suaíli das ilhas e iniciarem plantações de cravo-da-índia com trabalho escravo. Em 1840 havia cerca de 17 mil escravos em Zanzibar e por volta de 1850 eram entre 60 e 100 mil.²⁵

A população escravizada de Zanzibar pode ser dividida em quatro categorias. O grupo maior, escravos das plantações rurais, trabalhava geralmente do nascer do Sol até às 16h00, de sábado até quarta-feira, ficando com a quinta e a sexta para plantarem comida para si próprios e irem à cidade vender os excedentes. A segunda categoria, escravos urbanos, incluía os servos domésticos, trabalhadores ao dia, carregadores e artesãos. Eram frequentemente contratados por várias casas mercantis, onde podiam limpar goma-copal, partir cocos, fazer cargas e descargas ou trabalhar como carpinteiros e pedreiros. Depois de completarem um trabalho dividiam o seu pagamento com o amo. A terceira categoria compreendia as concubinas, as escravas circassianas, abissínias e mesopotâmicas do sultão. Apesar de escravas, viviam rodeadas de luxo e tinham filhos que podiam herdar plantações e até mesmo ascender ao sultanato. Quando o sultão Seyyid bin morreu, em 1856, todos os seus 18 filhos varões eram descendentes de concubinas escravas. A última categoria incluía escravos de confiança, que trabalhavam como guardas armados e ajudantes de comércio nas caravanas. Tinham muita liberdade nas viagens e podiam por vezes ascender a posições de riqueza e poder. Um exemplo proeminente foi Khamis wad Mtaa, que cresceu em Zanzibar como escravo da abastada família Abd al-Rahman Sodiq. Tornou-se um bem-sucedido líder de caravanas, sendo pioneiro do comércio de marfim no país dos Massais, mas permaneceu subordinado ao seu amo em Zanzibar.²⁶



Uma caravana de escravos a caminho de Kilwa, ca. 1865. Os homens estão presos por paus bifurcados enquanto as mulheres estão ligadas umas às outras por cordas em volta do pescoço. David Livingstone, *The Last Journals of David Livingstone*, p. 59

Tal como para o negócio de marfim, Zanzibar foi o ponto fulcral do comércio de escravos do oceano Índico ocidental. Em 1870, os registos alfandegários mostram uma média de 20 mil cativos a chegar todos os anos a Zanzibar, 10 mil dos quais eram requeridos anualmente para reabastecer as fileiras da população escrava. Os restantes eram enviados em veleiros de propriedade árabe, conhecidos como *dhows*, para o mar Vermelho, a península Arábica, o golfo Pérsico e outros destinos ao longo da margem do Índico ocidental. Os Ingleses, que tinham dirigido o combate contra o comércio atlântico de escravos no início do século XIX, impuseram tratados aos sultões de Omã em 1822 e 1845, limitando o movimento dos *dhows*. Também enviaram o esquadrão antiescravatura da Marinha Real para o Índico ocidental para os fazer aplicar, mas o esforço foi em vão devido ao baixo número de navios que tinham. Durante o período entre 1845 e 1860, o efetivo da patrulha contra o comércio de escravos ao longo da costa oriental de África consistia muitas vezes num único navio e nunca mais do que três. Como o almirante Heath disse a um comité especial da Câmara dos Comuns em 1871, «Estamos aqui há 25 anos e ainda não fizemos qualquer bem».²⁷

Os cativos que abasteciam o comércio leste-africano de escravos não vinham, por norma, das regiões ao longo da rota central das caravanas

para Tabora e Ujiji. As poderosas chefaturas na savana da África Oriental tinham-se defendido com sucesso contra os negreiros da costa, e as caravanas do marfim precisavam de uma passagem pacífica ao longo da rota comercial. Ao invés, os cativos vinham sobretudo da região em redor do lago Niassa, muito mais a sul, onde as expedições do povo Yao ou Ajaua atacavam as populações agrícolas para fazerem cativos e os vender às caravanas de escravos lideradas por mercadores árabes e suaílis costeiros, sediados no porto de Kilwa. A partir daí, os cativos eram enviados para Zanzibar em *dhows*. Como o preço de venda de um cativo no mercado de escravos de Zanzibar era relativamente baixo e o custo de alimentar e mover cativos por longas distâncias diminuía os magros lucros, as caravanas de escravos sediadas em Kilwa raramente viajavam até mais de 560 quilómetros da costa. Quando David Livingstone viajou da costa do Índico para o lago Niassa, em 1866, encontrou várias caravanas de escravos e viu provas abundantes da destruição humana causada pelos comerciantes de escravos, mas a oeste do lago passou por territórios onde os comerciantes de escravos costeiros nunca tinham sido vistos.

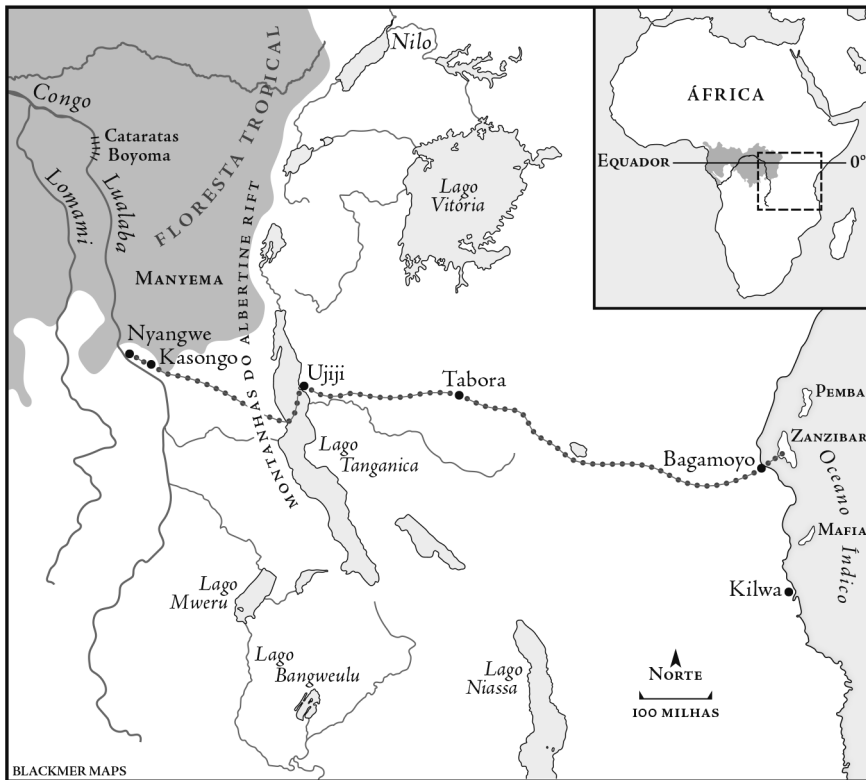
Em contraste com as caravanas do comércio de escravos, que ficavam a muito pouca distância da costa, as caravanas do marfim viajavam para o interior profundo, onde o marfim era barato. Ao longo do caminho iam muitas vezes acumulando cativos, caso se envolvessem em guerras com os locais ou comprassem pessoas que tinham sido escravizadas em guerras locais. Embora muitos europeus acreditassem que os cativos eram usados para carregar o marfim para a costa, frequentemente não era esse o caso. As presas maiores eram quase sempre transportadas por carregadores profissionais, que levavam mercadorias e traziam marfim. As caravanas do marfim continham tipicamente entre 500 e mil pessoas, embora algumas chegassem às três mil. Na ordem normal da marcha, os carregadores de marfim eram os primeiros, seguidos pelos que transportavam panos e contas. Atrás deles marchavam os carregadores de mantimentos diários, seguidos pelos cativos. Os homens escravizados caminhavam frequentemente com os pescoços seguros por pesados paus bifurcados, que os impediam de transportar cargas. Em contraste, as escravas estavam normalmente presas umas às outras por cordas em volta do pescoço, o que lhes dava suficiente liberdade de movimentos para carregar mantimentos ou presas pequenas.²⁸

O comércio do marfim subsidiou o comércio de escravos de duas formas. Primeiro, os preços relativamente altos pagos pelo marfim em Zanzibar tornavam lucrativas as viagens das caravanas para o interior profundo, onde

podiam adquirir tanto marfim como cativos. Livingstone relatou que as caravanas de escravos que iam além do lago Niassa só eram lucrativas se também trouxessem na volta marfim; caso contrário, os cativos «consumiam todos os lucros de uma viagem». A segunda razão tinha que ver com as condições de crédito que financiavam as caravanas. As casas comerciais gujaratis, inglesas, alemãs e americanas em Zanzibar, que avançavam as mercadorias para as caravanas, esperavam ser pagas em marfim e não queriam cativos. Quando uma caravana voltava a Zanzibar depois de vários anos de viagem, a maior parte do marfim ia para as casas comerciais, a fim de pagar os empréstimos, mas os cativos eram vendidos no mercado de escravos para lucro dos próprios comerciantes das caravanas. O comércio de escravos a longa distância só era lucrativo se o comércio do marfim cobrisse os custos básicos da caravana.²⁹

Em 1869, a fase inicial das caravanas de comércio do marfim na África Oriental estava a chegar ao fim. Com os elefantes a tornarem-se cada vez mais escassos na savana leste-africana, os comerciantes de marfim árabes e suaílis viraram-se para a vasta floresta tropical a oeste do lago Tanganica. O seu destino era a região a que os comerciantes árabes e suaílis chamavam Manyema, que se estendia da margem ocidental do lago até ao rio Lualaba, uma distância de cerca de 366 quilómetros a direito, mas talvez duas vezes superior pelos caminhos serpenteantes através das montanhas e da floresta tropical. Sendo um nome imposto por forasteiros, Manyema não tinha equivalente nas línguas bantu locais. Muitos viajantes acreditavam que significava «terra de florestas», mas alguns europeus, notando a leve similaridade com o termo bantu *nyama* (que significa «carne»), afirmaram, sem provas, que era uma referência velada ao canibalismo.³⁰

O comércio do marfim em Manyema cresceu rapidamente por ser tão lucrativo. Marfim comprado por 25 cêntimos de cobre em Manyema podia ser vendido por 120 dólares MT em Zanzibar. Como Livingstone notou numa carta ao Ministério do Exterior inglês, «A notícia de marfim barato causou uma espécie de febre do ouro, como a da Califórnia, em Ujiji, e fomos rapidamente invadidos por uma horda de 600 mosqueteiros, todos ansiosos pelas preciosas presas». As caravanas não tardariam a sair de Manyema, cada uma com 15 mil quilos de marfim. Era tanto o marfim a fluir para Zanzibar que a cidade portuária de Bagamoyo, no Índico, triplicou de tamanho entre 1867 e 1871.³¹



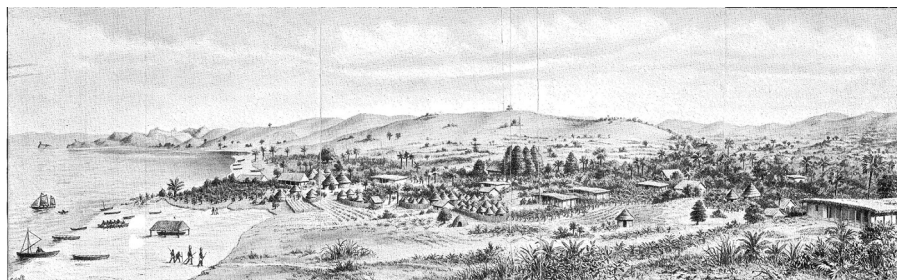
A principal rota comercial do oceano Índico para o rio Lualaba, ca. 1875

Durante a década de 1870, algumas das caravanas árabes e suaílis que tinham ido para Manyema estabeleceram-se em cidades perto do rio Lualaba, transformando-as em entrepostos comerciais e estabelecendo assim as novas bases para uma expansão futura. Em breve se lhes juntariam Henry Morton Stanley e Tippu Tip — dois viajantes que alterariam a trajetória da mudança económica e política na floresta tropical da bacia do Congo. Ao mesmo tempo, as fábricas de corte de marfim ao longo do baixo rio Connecticut, nos Estados Unidos, expandiam a sua produção de teclas de piano com cobertura de marfim, e uma conferência geográfica internacional em Bruxelas incentivava mais exploração europeia em África e aumentava a oposição ao comércio de escravos no Leste africano. O impacto destes desenvolvimentos políticos e económicos não tardaria a sentir-se profundamente na floresta tropical de Manyema.

Ujiji, lago Tanganica, maio de 1876

Quando Henry Morton Stanley chegou a Ujiji, em maio de 1876, arrendou uma casa de telhado plano, ao estilo árabe, conhecida como *tembe*, virada para o mercado e o lago Tanganica. A sul ficavam as *tembes* dos comerciantes árabes mais importantes. Descreveu-as como estruturas «sólidas, espaçosas, de telhados planos, feitas de barro, com varandas largas e frescas viradas para as estradas públicas». A maior tinha 30 metros de comprimento por quase oito de largura e um pouco mais de quatro metros de altura, com uma larga varanda coberta com luxuosos tapetes. A norte ficavam as choupanas dos Waungwanas (os comerciantes de caravanas suaílis), dos Wanyamwezis (carregadores contratados da região de Tabora), dos escravos pessoais dos comerciantes árabes e dos Wajijis (os habitantes originais de Ujiji). A cidade crescera rapidamente desde 1869, quando deixara de ser o fim da rota das caravanas e se tornara uma área de preparação para as caravanas de marfim que se dirigiam para ocidente através do lago Tanganica, até à floresta tropical de Manyema.³²

Stanley ia para Manyema a fim de completar a demanda do missionário/explorador David Livingstone, que passara sete anos a procurar a nascente do rio Nilo, até à sua morte, em 1873. O interesse pelo conhecimento geográfico explodia na Europa de finais do século XIX; em 1870 existiam 12 sociedades geográficas; em 1890 eram 29. O Congresso Geográfico Internacional, realizado em Paris em 1875, atraiu 1500 participantes de 24 países e contou com sessões sobre a forma de preencher as lacunas no conhecimento acerca do interior de África. Em Inglaterra, a busca pela nascente do rio Nilo dominava as discussões geográficas. O explorador John Hanning Speke descobrira que o Nilo corria para norte ao sair do lago Vitória, mas o seu companheiro de viagem, Richard Burton, propôs que tinha origem no lago Tanganica, cerca de 160 quilómetros mais para sul. David Livingstone, que anteriormente explorara o rio Zambeze e o lago Niassa, sugeriu que a verdadeira nascente do Nilo era um lago chamado Bemba (mais tarde identificado como o lago Bangweulu), localizado a sudoeste do lago Tanganica. Ansiosa por resolver o último grande enigma geográfico, a Sociedade Real de Geografia enviou Livingstone numa expedição para encontrar o lago e mapear a sua ligação ao Nilo. Depois de uma breve visita a Bombaim, aterrou em África a 28 de janeiro de 1866.³³



A cidade comercial de Ujiji, na margem leste do lago Tanganica. Notem-se as casas árabes de telhados planos. Edward Hore, *Tanganyika: Eleven Years in Central Africa*, frontispício

Quando chegou à área a sul do lago Tanganica, em 1867, a expedição de Livingstone estava à beira do colapso. Abandonado pelos carregadores contratados, o grupo reduzia-se agora a ele próprio e a nove rapazes africanos, conhecidos como «rapazes de Nassick» porque tinham sido resgatados aos comerciantes de escravos leste-africanos alguns anos antes e enviados para a escola missionária de Nassick, em Bombaim. Sendo os mantimentos demasiado escassos para serem usados como moeda de troca, procurou a ajuda e a proteção das caravanas de comerciantes árabes e suaílis que tinham vindo em busca de marfim. Em agosto começou a viajar com o poderoso comerciante de marfim de Zanzibar conhecido como Tippu Tip. Depois do regresso deste a Zanzibar, nos finais de 1867, Livingstone viajou com o seu primo, Muhammad bin Salih, e depois com um amigo e colega deste, Muhammad bin Gharib, acompanhando-o para Ujiji e em seguida para a cidade comercial de Nyangwe, em Manyema.³⁴

Durante os seus dois anos de viagem com as caravanas de marfim árabes e suaílis na região do lago Bangweulu, Livingstone obteve uma imagem razoavelmente precisa dos rios e lagos dessa parte da África Central. A descarga do lago Bangweulu tinha o nome de Luapula e corria para norte até ao lago Mweru. Depois de emergir do lago Mweru, adquiria o nome de Luvua e corria para noroeste, para se juntar ao rio Lualaba, que corria para norte penetrando na floresta de Manyema. Livingstone tinha a certeza de que o Lualaba corria para o Nilo, mas não sabia onde nem como. Nesse sentido viajara para Ujiji com a caravana de marfim de Muhammad bin Gharib e continuara com ele para Manyema. Chegou ao rio Lualaba, na cidade comercial de Nyangwe, em março de 1871, mas, não obstante quatro meses de esforços, não conseguiu obter uma canoa para seguir rio abaixo.³⁵

Desanimado pela sua falta de progresso e incomodado com a violência

contínua da fronteira do marfim e dos escravos, concentrou-se num rumor que ouvira a dois comerciantes de cobre suaílis, que lhe falaram de quatro nascentes de água a sudoeste do lago Bangweulu e que se situavam a menos de 16 quilómetros umas das outras — duas corriam para norte e outras tantas para sul. Associou esta descrição às suas memórias estudantis do historiador grego Heródoto, que visitara o Egito no século v a. C. Heródoto recebera do conservador do tesouro de Minerva informações sobre as fontes do Nilo, indicando que metade da água corria para norte, até ao Egito, e a outra metade para sul, até à Etiópia. O próprio Heródoto tinha sido cético em relação a essa história e perguntara-se se o escrivão «dissera a verdade», mas Livingstone acreditava ter encontrado as fontes do Nilo de Heródoto. Assim, abandonou a sua tentativa de seguir o rio Lualaba para norte e, ao invés, voltou para Ujiji, a fim de adquirir mantimentos e organizar uma nova expedição ao lago Bangweulu. Quando deixou Nyangwe, a 20 de julho de 1871, havia mais de quatro anos que viajava com caravanas de marfim e escravos.

Os comerciantes árabes e suaílis que foram os benfeitores de Livingstone e os chefes africanos que foram seus anfitriões locais nunca souberam exatamente por que razão estava ali. O fascínio vitoriano pela nascente do Nilo não fazia sentido para eles. Quando um chefe local lhe perguntou porque fora tão longe sem mercadorias para vender, Livingstone respondeu que desejava tornar aquele país e o seu povo mais conhecidos do resto do mundo. «Somos todos filhos de um mesmo pai», disse ele ao chefe. «As pessoas deviam conhecer-se melhor umas às outras.» Mesmo Tippu Tip, que chegou a conhecer Livingstone bastante bem, achava as suas viagens inexplicáveis. «O que é que ele procurava, ano após ano, até ficar demasiado velho para viajar?», perguntou certa vez Tippu Tip. «Ele não tinha dinheiro, pois nunca deu nada a nenhum de nós; não comprava marfim nem escravos; contudo, viajou uma distância maior do que qualquer de nós. E para quê?»³⁶

Pouco depois de Livingstone ter voltado para Ujiji, em outubro de 1871, encontrou Henry Morton Stanley, que o *The New York Herald* enviara para o procurar. Livingstone descreveu assim o encontro: «Susi veio a correr com toda a velocidade que podia e disse, arquejando: “Um inglês! Eu vi-o!” E correu ao seu encontro. A bandeira americana à cabeça da caravana indicou-lhe a nacionalidade do estranho. Fardos de mercadorias, banheiras de lata, enormes chaleiras, panelas de cozinha, tendas, etc., fizeram-me pensar: “Deve ser um viajante de luxo, e não um perdido como eu.” Era Henry Moreland [sic] Stanley, o correspondente do *The New York Herald*.»³⁷

Durante os quatro anos que Livingstone passara a viajar com comerciantes de escravos e de marfim árabes e suaílis não fizera qualquer progresso na

resolução do enigma do Nilo porque, facto para ele desconhecido, não estava na bacia do Nilo. Contudo, ao viajar com as caravanas árabes ganhara uma perspectiva sem paralelo sobre as operações, práticas e horrores do comércio de escravos leste-africano. Ao longo da rota da costa do Índico até ao lago Niassa deparara-se frequentemente com corpos de cativos, mortos por estarem demasiado fracos para caminhar, ou abandonados para morrer ao longo do trilho por estarem doentes. Na região a oeste do lago Niassa, as caravanas de marfim dos seus patronos Tippu Tip e Muhammad bin Gharib incluíam grandes quantidades de pessoas capturadas durante recontros hostis com os habitantes locais; contudo, Livingstone considerava esses homens «esclavagistas cavalheiros», que tratavam humanamente os seus cativos. Colocava os comerciantes baseados em Ujiji que iam a Manyema numa categoria inteiramente diferente. «Este é um antro da pior espécie de comerciantes de escravos», escreveu no seu diário. «Os negreiros de Ujiji, como os Kilwas e os Portugueses, são os mais vis dos vis. Não é comércio, mas um sistema de assassinatos consecutivos. Vão para pilhar e raptar, e cada viagem de negócios não passa de uma razia.»³⁸

Incentivado por Stanley, Livingstone escreveu uma longa carta a Gordon Bennett, o editor do *The New York Herald*, descrevendo a operação e o impacto do comércio de escravos leste-africano. Stanley levá-la-ia mais tarde a Marselha, num vapor de correio francês, onde a transmitiu por telégrafo ao *Herald*, por um custo de dois mil dólares. O *Herald* publicou a carta, que ocupou uma página e meia do jornal, a 26 de julho de 1872, e partilhou-a com muitos outros jornais, na esperança de que ajudassem a liquidar o custo do telégrafo. Em Inglaterra, o londrino *The Daily Telegraph*, que se autoproclamava o «maior, melhor e mais barato jornal do mundo», publicou-a a 29 de julho, e outros jornais ingleses também a divulgaram. O artigo apareceu exatamente no momento em que a Sociedade Britânica Antiescravatura montava uma campanha para incentivar o governo a tomar mais medidas para travar o comércio de escravos realizado pelos árabes no Índico ocidental. Ao que parece, a carta de Livingstone teve impacto, porque o discurso anual da rainha no Parlamento, a 10 de agosto, incentivava o governo a dar «os passos pretendidos para preparar a forma de lidar mais eficazmente com o comércio de escravos na costa oriental de África».³⁹

Dez meses mais tarde, o sultão de Zanzibar, perante a perspectiva de um bloqueio total da ilha pela armada britânica, assinou um tratado com a Inglaterra, que exigia a cessação imediata do comércio marítimo de escravos africanos em Zanzibar, o encerramento do mercado de escravos de Zanzibar e a proteção dos cativos libertados dos *dhow*s. Embora o tratado obrigasse os

dhows de escravos a alterar as rotas para evitar as reforçadas patrulhas marítimas inglesas, não originou uma redução apreciável no volume do comércio de escravos do oceano Índico. Entre 1860 e 1890, a marinha britânica abordou um milhão de *dhows* e libertou cerca de 12 mil cativos, mas o tráfico de africanos escravizados continuou até finais do século XIX. Os abolicionistas britânicos, contudo, consideraram o tratado antiescravidão com Zanzibar como um raro momento de triunfo para a sua causa, e deram créditos a Livingstone pelo seu contributo.⁴⁰

Durante os quatro meses que Stanley e Livingstone passaram juntos, Stanley desenvolveu uma profunda afeição pelo homem mais velho. Os seus escritos descreveram Livingstone como uma espécie de santo da era vitoriana e acabou mesmo por vê-lo como uma figura paternal há muito procurada. Nascido no País de Gales em 1841, de mãe solteira, Stanley consta dos registos paroquiais da igreja de St. Hilary em Denbigh simplesmente como «John Rowlands, Bastardo». Depois de a mãe o abandonar em criança, cresceu numa instituição onde recebeu uma educação rudimentar. Aos 17 anos alistou-se como marinheiro de convés num navio americano de algodão que partia de Liverpool para Nova Orleães, onde adotou o nome de Henry Stanley, como o magnata local do algodão, Henry Hope Stanley, e elaborou uma história segundo a qual o idoso Stanley o adotara numa cerimónia privada. Depois de ter servido tanto no exército confederado como no da União, durante a Guerra Civil, arranhou trabalho como jornalista, cobrindo as guerras de fronteira e a corrida ao ouro no Colorado, antes de se tornar correspondente no exterior do *The New York Herald*. Em Ujiji encontrou finalmente o pai que procurara durante toda a vida. «Quando adoeci com uma febre remitente, pairando entre a vida e a morte, ele cuidou de mim como um pai», escreveu Stanley. Anos mais tarde escreveria: «Parece-me ver sempre, através da atmosfera sombria, húmida, quente e nebulosa de África, o rosto envelhecido de Livingstone, incentivando-me no seu bondoso tom paternal.»⁴¹

Depois de Stanley e Livingstone se separarem, em março de 1872, Livingstone partiu para sudoeste até ao lago Bangweulu, para procurar as fontes do Nilo, apoiado por uma caravana fornecida por Stanley. Morreu de uma febre e de hemorragia anal no lago Bangweulu, a 1 de maio de 1873, sem ter encontrado as míticas fontes. Os seus ajudantes africanos removeram-lhe os órgãos, preservaram o corpo com sal e um processo de cura por fumo, cosearam-no num saco de lona coberto com alcatrão e levaram-no até Bagamoyo, na costa do oceano Índico, onde foi metido num navio de guerra britânico e transportado para Inglaterra. A 16 de abril de 1874, o corpo de Livingstone

chegou às docas de Southampton, em Inglaterra. Entre os dignitários que ali o receberam estava Henry Morton Stanley.

Ignorando os quatro anos que Livingstone passara a viajar com comerciantes árabes de marfim e escravos, o público inglês aclamou-o como um cruzado contra o tráfico de escravos leste-africano. No seu funeral, na abadia de Westminster, a 18 de abril de 1874, o deão falou da «acesa indignação e feroz determinação» de Livingstone em expor e desferir um golpe fatal no comércio de escravos. «Lidou com o assunto como com os anéis de uma serpente venenosa», recitou o clérigo, «e esta reconheceu-o como o seu mais formidável inimigo. Cada um se esforçou por estrangular o outro, e nessa luta ele pereceu». No túmulo de Livingstone, na abadia de Westminster, está inscrita uma citação de uma carta por enviar que ele escrevera ao editor do *The New York Herald*, Gordon Bennett, em abril de 1872, que terminava com as palavras: «Tudo o que posso acrescentar na minha solidão é: possam as mais ricas bênçãos do Céu descer sobre toda a gente — Americanos, Ingleses ou Turcos — que ajude a sarar a ferida aberta do mundo.»⁴²

Stanley voltou a África em 1875 para concluir a demanda de Livingstone pela nascente do Nilo, depois de persuadir o *The Daily Telegraph* de Londres e o *The New York Herald* a patrocinarem em conjunto a expedição. Apesar da sua reverência filial por Livingstone, a sua rota demonstrou que nunca levava a sério as teorias deste acerca das fontes do Nilo. Em vez de se dirigir a sudoeste, para o lago Bangweulu, Stanley viajou para noroeste até ao lago Vitória, para confirmar a observação de Speke de que o Nilo emergia do extremo norte desse lago. Dirigiu-se seguidamente ao lago Tanganica, onde conseguiu verificar a descoberta de Verney Lovett Cameron (um explorador britânico patrocinado pela Sociedade Real de Geografia) de que a descarga do lago corria para oeste em direção ao Lualaba e não para nordeste em direção ao lago Vitória. Sobrou para Stanley lidar com o maior quebra-cabeças de todos — o curso do rio Lualaba. Para isso teria de ir até Manyema e visitar Nyangwe, a cidade comercial de fronteira que estava a tornar-se rapidamente no maior centro comercial no Lualaba.

Com base nas suas experiências prévias enquanto jovem repórter nas cidades das minas de ouro do Colorado, Stanley compreendeu instintivamente as similaridades entre o negócio do marfim em Manyema e o Oeste Selvagem americano. «A febre de ir para Manyema trocar contas vistosas pelas suas preciosas presas», escreveu ele, «é do mesmo género daquela que impelia os homens para as ravinas e prazeres da Califórnia, Colorado, Montana e Idaho; que os fazia ir atrás de pepitas de ouro para a Austrália e de diamantes para a colónia do Cabo. Manyema é, no presente, o El Dorado dos árabes e das tribos

Wamrima [i. e., costeiras]. Stanley também percebeu a geografia económica do comércio de marfim. O marfim comprado em Manyema pelo valor de um *penny* de cobre por libra era vendido por 1,42–1,71 dólares MT por libra em Zanzibar. Stanley notara em 1871 que tinham passado «apenas quatro anos desde que o primeiro árabe regressara de Manyema com uma tal riqueza de marfim, e relatos das fabulosas quantidades ali encontradas, que desde então os velhos e batidos trilhos de Karagwah, Uganda, Ufipa e Marungu tinham estado comparativamente desertos». ⁴³

A caravana de Stanley deixou Ujiji a 25 de agosto de 1876 e dirigiu-se a oeste, para Nyangwe. Contendo 132 pessoas, diminuíra consideravelmente devido às mortes e deserções desde que partira de Bagamoyo, 15 meses antes, com 356 pessoas, e dois dos seus três companheiros brancos tinham morrido. Vários comerciantes árabes ofereceram-se para o acompanhar com as suas expedições comerciais armadas, mas Stanley recusara porque os negociantes de Ujiji tinham má reputação em Manyema. Essa decisão provou-se acertada, pois a caravana de Stanley não foi ameaçada nem incomodada nos dois meses de viagem de Ujiji para Nyangwe.

2

Bruxelas, Palácio Real, 12 de setembro de 1876

Quase três semanas depois de Stanley partir de Ujiji para Manyema, realizou-se uma conferência internacional no Palácio Real em Bruxelas. Teve o título inocente de «Conferência Geográfica de Bruxelas», mas a sua agenda era muito mais ambiciosa do que o nome sugeria. Estiveram presentes delegações das seis maiores potências europeias — Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia — assim como da Bélgica, um país ligeiramente mais pequeno do que o estado de Maryland, nos EUA. Os delegados ingleses incluíam Thomas Fowell Buxton, neto do grande abolicionista; Bartle Frere, que negociara o tratado antiescravatura de 1873 com o sultão de Zanzibar, e o almirante Leopold Heath, que comandara o esquadrão contra o comércio de escravos da Marinha Real no oceano Índico. Também estava presente William Mackinnon, um magnata da navegação de Liverpool, e o explorador Verney Lovett Cameron, que atravessara África de leste a oeste em 1874–1875. Da Alemanha vieram os dois maiores exploradores vivos, Gustav Nachtigal e Georg Schweinfurth, assim como o presidente da Sociedade Geográfica de

Berlim. A delegação francesa incluía o presidente da Sociedade de Geografia de Paris e o marquês de Compeigne, que fizera algumas explorações preliminares ao longo do rio Ogoué, perto da costa atlântica. Enquanto grupo, os delegados eram uma mistura de exploradores, geógrafos de sofá e ativistas contra a escravatura.⁴⁴

Na sessão de abertura, o rei Leopoldo II explicou que a conferência se realizava em Bruxelas por a Bélgica ser um país neutral, com uma localização central. «Escusado será dizer que, ao trazer-vos a Bruxelas, não fui motivado por desígnios egoístas», disse aos delegados. «Não, cavalheiros, a Bélgica é pequena, mas feliz e satisfeita com o que tem. Não tenho mais ambição do que servi-la bem.» Salientou depois a proposta da conferência em termos que eram ao mesmo tempo grandiosos e vagos: «O tema que aqui nos junta é um daqueles que merecem a atenção dos amigos da humanidade. Abrir as únicas partes do globo onde a civilização ainda não penetrou, romper as trevas em que populações inteiras estão envoltas, é uma cruzada digna desta idade de progresso.» Com a continuação, tornou-se claro que falava das regiões equatoriais de África.

No momento em que o rei Leopoldo II falava, a Bélgica era um país independente apenas há 46 anos, nascido de uma revolta católica pela independência da Holanda protestante. Mas a independência tivera um custo elevado: quando as principais potências europeias concordaram em reconhecer as fronteiras da Bélgica, em 1839, retiraram metade do Luxemburgo e metade de Limburg, e o rompimento com a Holanda interrompeu o acesso belga aos mercados asiáticos, servidos pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. Mesmo antes de Leopoldo II suceder ao seu pai no trono já planeava «engrandecer a Bélgica» atacando a Holanda ou invadindo a Renânia, mas abandonou essas ideias por serem irrealistas. Ao invés, concentrou-se na extensão da sua pátria por meio da expansão colonial. «É em margens distantes», escreveu, «que temos de recuperar as nossas meias-províncias perdidas».⁴⁵

Quando Leopoldo II foi coroado segundo rei da Bélgica, em dezembro de 1865, já elaborava esquemas para aventuras ultramarinas. O seu primeiro objetivo foi a China. «O meu sonho é criar uma companhia belga mundial com sede em Bruxelas», escreveu, «que, com o tempo, se torne para a China no que a Companhia das Índias Orientais [britânica] se tornou para o subcontinente indiano». Incapaz de encontrar investidores, abandonou o plano e tentou comprar parte da ilha de Bornéu, no sul do Pacífico, mas os Holandeses rejeitaram a sua oferta. Depois tentou criar uma companhia privada que arrendasse as Filipinas à Espanha por 90 anos, fornecendo assim acesso aos mercados da China e do Japão, mas a Espanha declinou.

Em julho de 1875, Leopoldo falou com os Britânicos acerca de estabelecer uma colônia na Nova Guiné. Por esta altura desistira há muito de tentar interessar o governo belga nas suas aventuras coloniais. Estes eram projetos pessoais, que perseguia usando os seus poderes de persuasão, a fortuna pessoal, o seu estatuto enquanto rei e um punhado de funcionários do governo belga que lhe eram pessoalmente leais. Conduziu todas as negociações num estrito secretismo, e por isso os delegados na Conferência Geográfica de Bruxelas não o questionaram quando se apresentou com motivos humanitários e nenhuns outros.⁴⁶

Os historiadores debateram longamente o que terá motivado o rei de um pequeno país europeu a envolver-se tão energicamente em aventuras coloniais. Para o historiador belga Jean Stengers, o imperialismo de Leopoldo era «imperialismo económico» na sua forma mais pura. Stengers defendeu que Leopoldo era menos motivado por ambição pessoal do que pela crença de que os territórios ultramarinos ofereciam oportunidades económicas às nações europeias. Leopoldo era um grande admirador do império colonial holandês nas Índias Orientais, que produzia grandes lucros para o Tesouro holandês. Com a Bélgica fora desses mercados depois de 1830, o rei pretendia criar uma entidade similar que enriquecesse o seu país. Porém, outro historiador belga, Vincent Viaene, notou que os esquemas de Leopoldo tinham também dimensões políticas, sociais e nacionalistas. Uma colônia que abastecesse um mercado para os bens manufaturados belgas também forneceria trabalho aos operários belgas, e a necessidade de administradores coloniais e militares proporcionaria oportunidades de emprego à classe média da Bélgica. Além disso, a posse de uma colônia transformaria a «pequena Bélgica» numa metrópole imperial, e Bruxelas tornar-se-ia a capital de um império, a que não faltariam largos *boulevards* e monumentos imponentes. Era por isso que Leopoldo falava em transformar os Belgas de uma nação de merceeiros e advogados num «povo imperial».⁴⁷

Sem progressos nos seus esquemas coloniais no Extremo Oriente, Leopoldo virou a sua atenção para África. A 22 de agosto de 1875 escreveu ao barão Lambermont, o seu confidente no Ministério do Exterior: «De momento, nem os Espanhóis, nem os Portugueses, nem os Holandeses estão inclinados a vender. Vou inquirir discretamente se há algo que possa ser feito em África.» Eram as regiões equatoriais de África que mais interessavam Leopoldo, em parte por permanecerem largamente inexploradas. À medida que a conferência se aproximava, o rei tinha consciência de que Stanley achava-se no processo de explorar o Lualaba. Também conhecia a teoria de Cameron de que o Lualaba corria para o rio Congo, pois fizera uma visita

incógnito a Cameron, em Londres, em maio de 1876. Tendo enviado um delegado ao Congresso Internacional de Ciências Geográficas de Paris, no princípio de agosto, Leopoldo estava bem informado acerca da expedição francesa conduzida por Pierre Savorgnan de Brazza, que explorava o rio Ogoué na esperança de encontrar uma rota mais acessível entre o Atlântico e o coração de África.⁴⁸

Um mês antes da sessão inaugural da Conferência Geográfica de Bruxelas, o rei Leopoldo redigiu uma carta confidencial à delegação belga. Ao invés de escrever sobre geografia, concentrou-se no comércio de escravos em África que, estimava ele, escravizava mais de cem mil pessoas por ano. Era dever dos países europeus lancetar essa ferida infetada, formando uma organização internacional com sede na Bélgica e delegações nos diferentes países membros. A organização angariaria dinheiro nos diferentes países para construir uma série de postos interligados para pesquisa científica e alojamento dos exploradores europeus. Embora o dinheiro devesse provir dos vários países membros, a comissão executiva na Bélgica seria responsável pela direção geral do projeto.⁴⁹

Émile Banning, o secretário da conferência, elaborou sobre o tema antiescravidão no seu relatório da conferência. Os esforços de Inglaterra para pôr fim ao comércio marítimo de escravos foram louváveis, afirmou, «mas existe hoje em dia uma convicção universal de que o comércio apenas pode ser destruído no cenário atual dos seus estragos». Propunha assim que se atacasse o comércio de escravos em solo africano. «Abrir África à ciência, ao cristianismo, ao comércio e à civilização», escreveu, «é o único sistema que pode resultar na *completa e definitiva abolição* do comércio de escravos» [ênfase no original].⁵⁰

Apenas podemos especular sobre as razões que levaram o rei Leopoldo a pôr tanta ênfase na causa antiesclavagista, dado a Bélgica nunca ter participado no comércio de escravos atlântico e não ter tradição de ativismo antiesclavagista. Uma razão possível foi poder assim conferir à Conferência Geográfica um propósito mais humanitário, que pudesse atizar as paixões dos participantes. Uma segunda razão foi atrair o apoio dos Britânicos, que tinham assumido a dianteira na supressão do comércio de escravos atlântico na primeira metade do século XIX e que eram o único poder marítimo a atacar o comércio de escravos ao longo da costa oriental de África. Não foi por acaso que a delegação britânica incluiu o principal ativista contra o comércio de escravos leste-africano. Leopoldo admitiria mais tarde que a ênfase antiesclavagista fora, sobretudo, um ardil para atrair o apoio britânico.⁵¹

Quando os delegados se reuniram no Palácio Real em Bruxelas, a 12 de setembro, Leopoldo estabeleceu os três objetivos da conferência. O primeiro era designar duas bases de operação — uma na costa leste-africana, diante de Zanzibar, e outra na foz do rio Congo. Uma linha desenhada a 6° de latitude sul passaria perto de ambos os sítios, pelo que Leopoldo estava, com efeito, a definir a área de operação como a larga faixa da África Equatorial que se estendia do oceano Atlântico ao Índico. O segundo objetivo era identificar rotas para o interior, ao longo das quais se construiria uma série de postos científicos e de alojamento que seriam a linha da frente na luta para suprimir o comércio de escravos africano. O terceiro objetivo era estabelecer uma organização internacional com um comité executivo que supervisionasse os postos e dirigisse o trabalho dos vários comités nacionais. Dizendo aos delegados que estavam envolvidos numa «cruzada digna desta época de progresso», salientou que ficaria feliz se «Bruxelas se tornasse a sede geral deste movimento civilizador».

Quando a conferência terminou, a 14 de setembro, os delegados tinham ratificado todas as ideias principais que Leopoldo expusera previamente no seu memorando confidencial. A área de operação era a faixa de território do Atlântico ao Índico que se estendia aproximadamente de 10° norte a 10° sul do equador. As localizações dos sugeridos postos interiores permaneceram vagas, mas o grupo mencionara especificamente Ujiji e Nyangwe como locais potenciais. Também concordaram em formar uma «Comissão Internacional de Exploração e Civilização da África Central», consistindo em dois delegados de cada um dos países membros e em organizar uma série de comités nacionais cujas tarefas principais seriam gerar interesse e angariar dinheiro. A organização seria administrada por um comité executivo constituído por um presidente e quatro membros escolhidos pela conferência. Quando Bartle Frere propôs que o rei Leopoldo fosse eleito presidente, os delegados irromperam em aplausos.

A Bélgica foi o primeiro país membro a estabelecer um comité nacional da «Associação Internacional para a Abolição do Comércio de Escravos e Abertura da África Central». Quando o rei Leopoldo se dirigiu aos membros do comité nacional no Palácio Real, a 6 de novembro, começou por falar de escravatura. «A escravatura que ainda continua sobre uma porção considerável do continente africano é uma ferida supurante que todos os amigos da civilização têm de querer eliminar», proclamou. Disse aos delegados que estavam a construir «uma associação internacional para travar este odioso tráfico, que é uma desgraça para a época em que vivemos, e a retirar o véu de trevas que ainda pende sobre a África Central». Também explicou a sua estratégia

para combater o comércio de escravos interno em África: «Estamos convencidos de que, se conseguirmos abrir estradas e estabelecer postos nos trilhos seguidos pelos mercadores de escravos, esse tráfico odioso acabará.» Deixou por explicar de que forma a mera existência de postos de hospitalidade com um punhado de funcionários europeus cumpriria esse objetivo.⁵²

Os comités nacionais não tardaram a surgir numa variedade de países europeus, mesmo naqueles que não tinham sido convidados para a conferência de Bruxelas. A Sociedade de Geografia de Paris aprovou o estabelecimento de um comité nacional francês numa reunião especial a 16 de outubro. O comité francês manteve um certo grau de independência, preferindo apoiar projetos franceses sem ligação à associação em Bruxelas. Os Alemães formaram um comité nacional, conhecido como Sociedade Africana Alemã, em dezembro. A Holanda, a Rússia, a Áustria, a Itália, a Suíça, Espanha e Portugal formaram comités nacionais no princípio de 1877. Numa reunião da Sociedade Geográfica Americana em Nova Iorque, a 22 de maio de 1877, os membros aprovaram a formação de um comité nacional. A resolução dizia: «A Sociedade Geográfica Americana aprova o plano concebido por Sua Majestade o rei dos Belgas para a exploração e civilização do interior de África e a supressão do comércio de escravos.» A sociedade nomeou Henry Shelton Sanford, o antigo embaixador americano na Bélgica, como seu representante na Comissão Internacional em Bruxelas.⁵³

Em Inglaterra, a Real Sociedade Geográfica entrou em oposição, tanto com o Ministério do Exterior como com o do Interior, quando tentou formar um comité nacional da associação internacional do rei Leopoldo. O Ministério do Interior salientou que a supressão do comércio interno de escravos em África era um assunto para os governos nacionais e estava muito além da capacidade de uma organização privada. Após um intenso debate, a Real Sociedade Geográfica decidiu retirar-se da associação de Leopoldo, um desenvolvimento que levou a que este reavaliasse a sua ênfase na supressão do comércio de escravos. Logo a seguir à conferência de Bruxelas, a organização denominava-se «Associação Internacional para a Abolição do Comércio de Escravos e Abertura da África Central». Quando os Ingleses se retiraram, contudo, Leopoldo abandonou a ênfase ao comércio de escravos e adotou o título neutro de «Associação Internacional Africana». Estava a usar uma organização internacional de definição vaga, com pretensões científicas e humanitárias, como veículo para fazer avançar a sua agenda própria em África, apesar de essa agenda ainda não ter sido completamente formulada.⁵⁴